

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

EDITAL DE CREDENCIAMENTO N.º: 217/2022

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 008/2022

O MUNICÍPIO DE RIO PARDO DE MINAS, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ sob o nº 24.212.862/0001-46, com sede na Rua Tácito de Freitas Costa, nº 846, bairro Cidade Alta, em Rio Pardo de Minas – MG, através dos membros de sua Comissão Permanente de Licitação, designados pela Portaria nº. 099 de 03 de janeiro de 2022, a pedido da Secretária Municipal de Saúde e Gestora do SUS, torna público o **EDITAL DE CREDENCIAMENTO**, sem qualquer exclusividade, para **CREDENCIAMENTO DE EMPRESAS** que preencham os requisitos estabelecidos, para prestação dos serviços descritos neste Edital e seus anexos, quando devidamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde, para atendimento à demanda da população atendida pelo SUS do município de Rio Pardo de Minas.

O presente credenciamento será regido pela Lei Federal 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e demais normas aplicáveis à matéria, bem como pelas condições estabelecidas no presente edital. Além das normas técnicas e administrativas aplicáveis, os serviços atenderão às Normas Básicas, princípios e diretrizes do Ministério da Saúde, e mediante as condições a seguir estabelecidas:

Os interessados deverão entregar os envelopes lacrados e identificados ao setor de Licitações da Prefeitura, situada na Rua Tácito de Freitas Costa, 846, B. Cidade Alta, os documentos enumerados no item 4 (e seus subitens) deste edital **a partir do dia 22 DE DEZEMBRO DE 2022**.

1. DO OBJETO E DA FORMA DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

1.1. - O presente chamamento objetiva o credenciamento de Empresas prestadoras de serviços de saúde, aptas à **Prestação de Serviços médicos clínicos, com o objetivo de atender a Secretaria Municipal de Saúde de Rio Pardo de Minas-MG na execução do Programa Melhor em Casa**, conforme especificações contidas no Anexo I – TERMO DE REFERÊNCIA e demais condições estabelecidas no presente edital:

1.2. Detalhamento dos itens

ITEM	QTD	UND	SERVIÇOS	VALOR
1	12	MÊS	LOTE 1 - PROFISSIONAL - MÉDICO CLÍNICO GERAL, COM CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 20 (VINTE) HORAS DE TRABALHO, SEGUINDO AS ORIENTAÇÕES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	7.500,00
2	12	MÊS	LOTE 2 - PROFISSIONAL - MÉDICO CLÍNICO GERAL, COM CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 20 (VINTE) HORAS DE TRABALHO, SEGUINDO AS ORIENTAÇÕES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	7.500,00

3	12	MÊS	LOTE 3 - PROFISSIONAL - MÉDICO CLÍNICO GERAL, COM CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 40 (QUARENTA) HORAS DE TRABALHO, SEGUINDO AS ORIENTAÇÕES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.	15.000,00
---	----	-----	---	-----------

1.3. Integram este Edital, dele fazendo parte como se transcrito em seu corpo, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência;

ANEXO II - Modelo para Requerimento de Credenciamento;

ANEXO III - Minuta de Termo de Credenciamento;

ANEXO IV - Declaração de que não Emprega Menor

ANEXO V - Declaração de não incidência nas vedações previstas no artigo 9º da lei nº 8.666/93

1.4. O credenciamento por parte dos interessados pressupõe o aceite das condições aqui estabelecidas.

1.5. Os serviços contratados serão realizados sem exclusividade, cabendo à Secretaria Municipal de Saúde, segundo critérios de oportunidade e conveniência, de acordo com sua estratégia de atuação, decidir e definir sobre o local de atendimento, horários e demais condições.

1.6. O valores pagos a cada profissional, serão os estipulados no detalhamento de serviços.

1.7. - Esta será a única forma de remuneração, sendo que desse valor serão descontados os impostos devidos.

1.8. - A qualquer tempo durante o prazo de vigência deste edital, os profissionais que atenderem as condições estabelecidas no presente Chamamento poderão ser habilitados e convocados para a assinatura do contrato.

1.9. Das Atribuições dos Serviços

- a) Os serviços serão solicitados mediante a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, devendo a credenciada ofertar as quantidades de profissionais de acordo com a Ordem de Fornecimento, respeitando os quantitativos, os qualitativos e as demais informações contidas na referida Ordem.
- b) A unidade prestadora de serviços deverá disponibilizar os profissionais para atender as demandas conforme as requisições oriundas da Secretaria Municipal de Saúde.
- c) Os atendimentos ocorrerão de segunda a sexta-feira, das 07h00min as 17h00min, com intervalo para horário de almoço, conforme orientações da Secretaria Municipal de Saúde, podendo ser realizado atendimentos tanto na zona urbana como na zona rural, sendo o transporte ofertado pela secretaria municipal de saúde;
- d) O profissional médico deverá prestar assistência aos pacientes tais como consultas clínicas, solicitação de exames complementares, dentre outros necessários.

- e) Deverá encaminhar, quando necessário, paciente aos serviços de maior complexidade, garantindo a continuidade do tratamento, por meio de um sistema de acompanhamento e de referência e contrarreferência.
- f) Preencher adequadamente o Prontuário de Atendimento aos pacientes (manual ou eletrônico), incluindo prescrições e evoluções médicas e todo atendimento prestado ao paciente bem como as demais informações.
- g) Deverá indicar internação hospitalar.
- h) Executar outras tarefas, trabalhos, atividades, serviços e/ou procedimentos determinados pelo coordenador do programa, desde que compatíveis com sua formação profissional e/ou área de atuação e/ou conhecimentos.
- i) Os médicos deverão seguir as normativas específicas do Ministério da Saúde, bem como as definições de escopo de práticas, protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, além de outras normativas técnicas estabelecidas pelos gestores federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.
- j) O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

3. REQUISITOS E CONDIÇÕES PARA O CREDENCIAMENTO E DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO.

3.1. São requisitos e condições básicas de habilitação, credenciamento, contratação e vigência do contrato que a empresa possua a qualificação exigida e atenda a todas as condições estabelecidas neste Edital.

3.2. Não poderá participar desta Licitação a empresa que se apresente em qualquer das seguintes situações:

- a) Suspensa ou impedida de licitar ou contratar com o Município de Rio Pardo de Minas/MG;
- b) Declarada inidônea para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- c) Estejam sob regime de falência, concordata, dissolução ou liquidação;
- d) Estejam descumprindo o disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- e) Que não explorem atividade compatível com o objeto da licitação.
- f) Profissionais cuja carga horária seja incompatível com o serviço a ser executado.

3.3 A observância das vedações do item anterior é de inteira responsabilidade do licitante que, pelo descumprimento, sujeita-se às penalidades cabíveis.

4. DO REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO E DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA HABILITAÇÃO.

4.1 O requerimento para o credenciamento, preenchido e assinado conforme modelo no Anexo II, apensado da documentação exigida, serão apresentados em uma única

oportunidade, em apenas um invólucro, para efeito de análise pela Comissão de Licitação Permanente do Município de Rio Pardo de Minas/MG, **a partir do dia 22 DE DEZEMBRO DE 2022, no setor de Licitações da Prefeitura de Rio Pardo de Minas/MG, situada na Rua Tácito de Freitas Costa, 846, B. Cidade Alta, CEP 39.530-000.**

- O Município não terá responsabilidade sobre o credenciamento e sobre a documentação que tenham sido enviados pelos Correios e não tenham chegado até a data prevista.
- Deverão ser anexados ao Requerimento de Credenciamento (Anexo II) os documentos a seguir indicados, observando-se o prazo de validade dos mesmos, ou para aqueles que não expressarem sua validade, será considerado prazo de 180(cento e oitenta) dias para sua validade, contados de sua emissão:

Os envelopes deverão conter em sua parte externa os seguintes dizeres:

DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO E PROPOSTA

PROCESSO Nº 217/2022

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 008/2022

Objeto: Processo de Credenciamento de Empresas Especializadas, para Prestação de Serviços médicos clínicos, com o objetivo de atender a Secretaria Municipal de Saúde de Rio Pardo de Minas-MG na execução do Programa Melhor em Casa.

EMPRESA / CNPJ:

4.2 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

- Registro comercial, no caso de empresa individual;
- Ato constitutivo, estatuto ou **contrato social** em vigor ou **última alteração** se ali constar o objeto social e a administração da empresa, devidamente registrado na Junta Comercial em se tratando de sociedades comerciais;
- Documentos de eleição dos atuais administradores, tratando-se de sociedades por ações, acompanhados da documentação mencionada na alínea b, deste subitem;
- Ato constitutivo devidamente registrado no Cartório de Registro Civil de Pessoas Jurídicas tratando-se de sociedades civis, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.
- Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (**CNPJ**);
- Certificado de registro junto ao Conselho Profissional competente, dos profissionais que executarão os serviços.
- Comprovar que o(s) profissional(is) indicados para a prestação dos serviços pertençam ao quadro permanente da licitante, mediante a apresentação de um dos documentos relacionados abaixo:

1 Vínculo empregatício: Cópia da ficha de Registro de Empregados – RE e ou do

Livro de Registro de Empregados, onde conste a contratação do profissional e identificação da empresalicitante, ou ainda, da Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

2 **Vínculo Societário:** Cópia do Ato Constitutivo em vigor, devidamente registrado

3 **Cópia do Contrato de Prestação de Serviço,** firmado entre a licitante e o profissional técnico indicado.

- **Caso os profissionais indicados não façam parte do quadro da empresa,** esta **deverá DECLARAR** que, se efetivada a contratação, após a assinatura do contrato e antes do início da execução dos serviços, os profissionais indicados, serão os responsáveis por toda a execução do serviço e serão incluídos no seu quadro permanente, se comprometendo, comprovar por meio da juntada de um dos documentos descritos acima, que o profissional pertencerá ao quadro técnico da licitante.

- Apresentando-se a necessidade de substituição de qualquer profissional, caberá à contratada providenciar um substituto que tenha o nível de experiência e qualificação técnica similar ao profissional substituído.

4.3 **REGULARIDADE FISCAL:**

- a) Prova de regularidade com as Fazendas **Federal, Estadual e Municipal,** relativas à sede do interessado;
- b) Prova da regularidade junto ao Sistema de Seguridade Social (**INSS**);
- c) Prova da regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (**FGTS**);
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (**CNDT**).

4.4 **QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:**

- Certidão Negativa de **falência** expedida pelo Cartório Distribuidor da sede da interessada, cuja data de expedição não anteceda em mais de 90 (noventa) dias da data de recebimento e abertura dos envelopes.

4.5 **DECLARAÇÕES**

- a) **Requerimento de Credenciamento** devidamente preenchido, conforme modelo (modelo Anexo II).
- b) **Declaração que não emprega menor,** conforme disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, relativamente à proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, conforme modelo Anexo IV.
- c) **Declaração de não incidência** nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666/93 (modelo Anexo V).

4.6 **DA HABILITAÇÃO ACADÊMICA DOS PROFISSIONAIS**

- Cópia da Carteira Profissional de Médico expedida pelo Conselho Regional de Medicina (CRM) ou comprovante de inscrição devidamente válida no Conselho Regional de Medicina (CRM).

4.7 DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO:

- a) Na hipótese de não constar prazo de validade nas certidões apresentadas, a Administração aceitará como válidas as expedidas até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de apresentação das propostas.
- b) Serão aceitas como prova de regularidade para com as Fazendas, certidões positivas com efeito de negativas e certidões positivas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.
- c) Sob pena de inabilitação, todos os documentos deverão estar em nome do proponente e, preferencialmente, com número do CNPJ e com o endereço respectivo, observando ainda o que segue, conforme preceitua a legislação vigente.
- d) se o proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz.
- e) se o proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- f) A ausência de documento ou a apresentação dos documentos de habilitação em desacordo com o previsto neste título inabilitará o interessado
- g) Os documentos poderão ser apresentados em fotocópias autenticadas por um tabelião, ou por servidor público desta Administração Pública Municipal, sendo dispensada a autenticação quando se tratar de cópia disponibilizada por intermédio da Internet.

5. DO PROCEDIMENTO

5.1 O procedimento será composto pelas seguintes fases:

- a) Divulgação do Edital;
- b) Recebimento da documentação do interessado;
- c) Análise da documentação apresentada;
- d) Divulgação dos resultados das propostas de credenciamento.

5.2 Recebidos os documentos, a Comissão de Licitações fará a apreciação dos mesmos num prazo de até 05 (cinco) dias, contados da data do protocolo no Setor de Licitação.

5.3 O resultado do julgamento da habilitação e do julgamento dos recursos administrativos interpostos pelos interessados, será publicado no quadro de avisos do Município.

5.4 Após a divulgação do pedido deferido, o credenciado será convocado para, no prazo de cinco dias úteis assinar do termo contratual.

5.5 O credenciamento será formalizado mediante Termo próprio, contendo as cláusulas e condições previstas neste Edital

6. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

7.1 Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

1. A carga horaria prestada deverá ser devidamente comprovada pela prestadora de serviços e vistoriado pelo(a) coordenador(a) competente.
2. Caberá à Secretaria Municipal de Saúde avaliar os serviços prestados pela prestadora de serviços.
3. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência

7. DO LOCAL DE ATENDIMENTO

8.1 Os atendimentos médicos serão realizados nos domicílios dos pacientes, podendo ocorrer tanto na zona urbana quanto na zona rural deste município.

8. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

A fiscalização será exercida conjuntamente no interesse da SECRETARIA DE SAÚDE e não exclui nem reduz a responsabilidade da prestadora de serviços, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

A fiscalização da execução do contrato será efetuada por servidor devidamente indicado, onde o mesmo irá gerenciar, acompanhar e fiscalizar o contrato observando os artigos 73 e 76 da Lei Federal nº 8.666/93. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso.

9. CONDIÇÕES CONTRATUAIS

- a) O Termo de credenciamento a ser firmado, cuja minuta (Anexo III) integra este edital, regulamentará as condições de sua execução, bem como os direitos, obrigações e responsabilidades das partes, sujeitando-se aos preceitos de direito público e aplicando-se subsidiariamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.
- b) O **prazo de vigência desta contratação será de 12 (doze) meses**, contados da assinatura do contrato, podendo ser este prazo prorrogado, observado a oportunidade, conveniência e a necessidade do serviço, por iguais e sucessivos períodos, até o limite legal, mediante a formalização de simples Aditivo Contratual, de conformidade com o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.
- c) Os CREDENCIADOS não terão vínculo empregatício com o Município, sendo de exclusiva responsabilidade daquele as despesas com seguros de natureza trabalhista vigentes, transporte, alimentação e quaisquer outros encargos que forem devidos, referentes à prestação dos serviços.
- d) O eventual inadimplemento pelo CREDENCIADO dos encargos, impostos e taxas devidas pela legislação vigente, não transfere ao Município de Rio Pardo de

Minas a responsabilidade pelo seu pagamento e nem poderá onerar o objeto do Contrato Administrativo.

- e) O Município poderá a qualquer tempo, rever e alterar a forma e a abrangência do contrato administrativo, ampliando ou limitando os serviços prestados pelo CREDENCIADO, de acordo com sua disponibilidade orçamentária.

9.1.1 Constituem obrigações da CREDENCIANTE:

- a) Notificar a prestadora de serviços por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;
- b) Efetuar o pagamento à credenciada no valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- c) Providenciar as inspeções da execução dos serviços, com vistas ao cumprimento dos prazos pela prestadora de serviços, fiscalização da qualidade dos serviços que estão sendo prestados;

9.1.2 Constituem obrigações da CREDENCIADA

- a) Prestar serviços médicos nas residências dos pacientes designados pela Secretaria de Saúde, no horário determinado pela própria Secretaria, conforme detalhado no objeto acima;
- b) Comprovar por meio de folha de produção, os atendimentos realizados com data e endereço, conforme recomendações da contratante;
- c) Seguir as diretrizes e portarias do SUS (Sistema Único de Saúde) e do Ministério da Saúde;
- d) Acatar as orientações da Secretária Municipal de Saúde, através do coordenador responsável;
- e) Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;
- f) Manter sempre a qualidade na prestação do serviço executado;
- g) Fica proibida a cobrança de qualquer quantia, a qualquer título, dos serviços prestados aos usuários do SUS, ficando a contratada responsabilizada por qualquer cobrança indevida feita a usuário;
- h) Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, em observância ao princípio da urbanidade;
- i) Manter seus empregados devidamente identificados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso, sem ônus para a contratante;
- j) Substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo comunicar e identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

10. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1 A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, bem como, o atraso e a inexecução parcial ou total da

entrega dos produtos, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida e permitirá, de conformidade com a legislação vigente, a aplicação das seguintes sanções pela Administração Municipal, garantido a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Rio Pardo de Minas:

a) Para as licitantes credenciadas convocadas dentro do prazo legal, que não celebrarem o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 02 (dois) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§1º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia à interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§2º. Quando for constatada a ocorrência de qualquer descumprimento de obrigação contratual, mesmo que parcialmente, o servidor público responsável pelo atestado de prestação de serviços, parcial ou total, deverá emitir parecer técnico fundamentado e encaminhá-lo ao respectivo Ordenador de Despesas.

§3º. **O Ordenador de Despesa, ciente do parecer técnico, deverá fazer imediatamente, a devida notificação da ocorrência ao fornecedor, ao qual será facultada a defesa nos termos da legislação vigente.**

11. RECURSOS

11.1 Dos atos e decisões praticados neste procedimento de credenciamento caberá recurso no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da ciência do ato recorrido.

11.2 Não serão conhecidos recursos interpostos após o respectivo prazo legal, e/ou subscrito por representante que não comprove poder de representação legal do licitante.

11.3 O Município de Rio Pardo de Minas não se responsabilizará por memoriais de recursos e que sejam endereçados via postal ou por outras formas, entregues em locais diversos das citadas neste instrumento, e que, por isso, não sejam protocolizados no prazo legal aplicável.

11.4 O recurso deve ser:

a) dirigido ao Prefeito Municipal, aos cuidados do Presidente da Comissão de Licitação;

b) ser apresentado em uma via original, contendo razão social, CNPJ e endereço, rubricado em todas as folhas e assinado pelo representante legal ou

credenciado, devidamente comprovado;

c) ser protocolizado na Seção de Protocolo da Prefeitura ou na Seção de Licitação, situadas na Rua Tácito de Freitas Costa, 846, B. Cidade Alta, CEP 39.530-000, ou enviado por e-mail para o endereço eletrônico licitacao@riopardo.mg.gov.br

11.5 A intimação dos atos referentes ao credenciamento, inclusive eventual aplicação de penalidades, será feita mediante publicação na imprensa oficial.

11.6 Não serão considerados os recursos que se baseiem em aditamento ou modificações da documentação, bem como sobre matéria já decidida em grau de recurso.

11.7 Interposto o recurso, dele será dada ciência, por escrito, às demais sociedades envolvidas na Pré- Qualificação, que poderão impugná-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11.8 É vedada a apresentação de mais de um recurso sobre a mesma matéria pela mesma Sociedade.

11.9 A decisão em grau de recurso será definitiva e dela dar-se-á conhecimento através de comunicação por escrito aos interessados, ou, por meio eletrônico através do email: licitacao@riopardo.mg.gov.br.

12. RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

- As despesas decorrentes da contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária, para o exercício de 2022:

	PROJETO/ATIVIDADE		NATUREZA	FICHA	FONTE
2067	Manutenção da Unidade Mista de Saúde	33903900	Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	516	102
2067	Manutenção da Unidade Mista de Saúde	33903900	Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	518	159

13. ADIAMENTO, REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DA PRESENTE LICITAÇÃO.

13.1 O Município de Rio Pardo de Minas poderá revogar o presente Edital de Credenciamento por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, sem que caiba aos licitantes quaisquer reclamações ou direitos a indenização ou reembolso.

14. FORMA DE PAGAMENTO

14.1 O faturamento será realizado sempre que possível no último dia útil do mês da prestação dos serviços, após o exato cumprimento das obrigações assumidas e o pagamento será efetuado à CONTRATADA, se os serviços forem executados de acordo com as condições estabelecidas neste edital, remunerando os profissionais de acordo com o preço fixado para a prestação do serviço, observado a produção mensal de cada prestador.

14.2 Para o pagamento a nota fiscal deverá vir acompanhada do relatório de produção, que após conferência pela Secretaria Municipal de Saúde, será liberada para o devido

pagamento e crédito em conta corrente do prestador, devendo o mesmo informar no momento do credenciamento o número e agência de sua conta.

14.3 É vedado ao CREDENCIADO cobrar diretamente do usuário qualquer importância a título de honorários ou serviços prestados, concernentes aos procedimentos autorizados pelo Município de Rio Pardo de Minas.

14.4 O Município de Rio Pardo de Minas reserva-se no direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento, de efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados e de submetê-los a perícia, sem qualquer custo para o CREDENCIADO, que se obriga a prestar todos os esclarecimentos necessários.

14.4 No caso de serem feitas glosas aos documentos apresentados, o Município de Rio Pardo de Minas deverá comunicar por escrito ao CREDENCIADO, que terá o prazo de 10 dias para substituí-los ou retificá-los. Se as glosas forem feitas indevidamente, o Município de Rio Pardo de Minas pagará o quantitativo final devido no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da reapresentação da documentação ou da justificativa.

14.5 Por ocasião do pagamento dos serviços o Município de Rio Pardo de Minas procederá à retenção dos tributos e contribuições, na forma da legislação vigente.

15. DISPOSIÇÕES FINAIS

15.1. Os interessados arcarão com todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de suas propostas.

15.2. Os documentos exigidos neste Edital poderão ser apresentados no original, por cópia autenticada por tabelião, ou publicação em órgão da imprensa oficial.

15.3. Quando a lei não dispuser em contrário, na contagem dos prazos citados neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, sendo que, na hipótese do prazo findar em dia não-útil, o vencimento deslocar-se-á, automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente.

15.4. Só se iniciam e vencem os prazos referidos neste Edital em dia de expediente do Município de Rio Pardo de Minas.

15.5. É facultada ao Município de Rio Pardo de Minas a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no ato da sessão pública.

15.6. As dúvidas quanto à interpretação dos termos deste edital, bem como, quaisquer outras informações, deverão ser solicitadas à Comissão Permanente de Licitação, por escrito, podendo ser feitos, através do endereço eletrônico licitacao@riopardo.mg.gov.br em um prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, antes da data prevista para início da entrega dos documentos.

15.7. Passam a fazer parte deste edital todos os seus anexos.

15.8. O credenciado deverá disponibilizar e indicar, junto a seu requerimento de credenciamento, o endereço eletrônico de e-mail para receber o contrato e eventuais termos aditivos em arquivo com extensão “.pdf”. Recebido o arquivo, o credenciado deverá realizar a impressão do mesmo, em duas vias, enviando-as ao Contratante, devidamente rubricadas em todas as páginas e assinadas ao final, com firma reconhecida em cartório, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, sob pena de a sua inércia ser considerada negativa de assinatura do contrato ou termo aditivo, sujeita às penalidades legais.



15.9. Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Pardo de Minas-MG, para dirimir as questões decorrentes deste Edital , inclusive quanto a execução do contrato que vier a ser celebrado.

Rio Pardo de Minas-MG, 20 de dezembro de 2022.

Jonas Márcio de Oliveira Cunha
Presidente – Comissão Permanente de Licitações

De acordo Edital e seus anexos:

Kelly Daiane Ângelo Pereira
OAB/MG 207.002

Processo Licitatório nº 217/2022 - Credenciamento nº 008/2022

ANEXO I

TERMO DE REFÊRENCIA

INTRODUÇÃO

O presente Termo tem por escopo descrever de forma detalhada os itens que compõem o objeto, a especificação, quantitativo e demais condições gerais da prestação de serviços, a fim de permitir a realização do processo de contratação.

Este Termo de Referência foi elaborado em cumprimento ao disposto na legislação federal e municipal correspondente.

DO OBJETO

O presente processo tem por objeto contratação de empresa para fornecer prestação de serviços médicos clínicos, com o objetivo de atender a Secretaria Municipal de Saúde de Rio Pardo de Minas-MG na execução do Programa Melhor em Casa. A presente contratação deverá estar em conformidade com a descritiva abaixo:

LOTE	QTDE	UND	SERVIÇOS
1	12	MÊS	LOTE 1 - PROFISSIONAL - MÉDICO CLÍNICO GERAL, COM CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 20 (VINTE) HORAS DE TRABALHO, SEGUINDO AS ORIENTAÇÕES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
2	12	MÊS	LOTE 2 - PROFISSIONAL - MÉDICO CLÍNICO GERAL, COM CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 20 (VINTE) HORAS DE TRABALHO, SEGUINDO AS ORIENTAÇÕES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.
3	12	MÊS	LOTE 3 - PROFISSIONAL - MÉDICO CLÍNICO GERAL, COM CARGA HORÁRIA SEMANAL DE 40 (QUARENTA) HORAS DE TRABALHO, SEGUINDO AS ORIENTAÇÕES DA SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

ESTIMATIVA DE PREÇO

O valor estimado total para a contratação para a prestação do serviço acima descrito será de R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais).

DA FINALIDADE

A presente contratação garantirá a esta Secretaria a execução Portaria GM/MS Nº 3.010, de 4 de agosto de 2022 e a Portaria GM/MS Nº 916, de 25 de abril de 2022, que habilita Equipes Multiprofissionais de Atenção Domiciliar (EMAD) e Equipes Multiprofissionais de Apoio (EMAP).

DA JUSTIFICATIVA

A realização do processo deste objeto se justifica face ao interesse público presente na necessidade de atendimentos adequados de serviços médicos domiciliares oriundos através da presente Secretaria de Saúde desta Administração Pública Municipal, para o atendimento eficaz aos munícipes.

As consultas médicas domiciliares é um modelo que visa proporcionar bem-estar e mais conforto para os pacientes. Os usuários recebem assistência de qualidade nas próprias casas, sem exigir deslocamento até um hospital. A figura do médico realizando os atendimentos domiciliares garante aos munícipes, consultas clínicas e tratamentos de diversas enfermidades, sem que haja o deslocamento dos pacientes de suas residências, em razão das limitações de cada usuário.

Ressalta-se a importância do médico clínico em virtudes da necessidade dessa especialidade aos atendimentos dos pacientes que tem comprometimento físico e que não conseguem se deslocar até uma unidade de saúde, necessitando que o médico vá até seu domicílio, bem como da obrigatoriedade da presença do profissional médico clínico geral constante nas diretrizes do programa abarcado pelas portarias em que o município foi contemplado.

DA JUSTIFICATIVA PELO CREDENCIAMENTO

Amparado no artigo 25, caput da Lei Federal nº 8.666/93, justifica-se o presente processo através de inexigibilidade de licitação pela inviabilidade de competição na medida em que a Administração Pública pretende contratar, por preço certo e predefinido, pessoas jurídicas que satisfaçam os requisitos.

Assim, pode-se dizer que o credenciamento é um sistema pelo qual a Administração Pública efetivará uma contratação direta, mediante a inexigibilidade de licitação, selecionando não apenas um participante, mas sim, pré-qualificando os interessados para, segundo condições previamente definidas em regulamento e divulgadas, credenciarem-se como prestadores de serviços ou beneficiários de um negócio futuro a ser ofertado.

DAS ATRIBUIÇÕES DOS SERVIÇOS

1. Os serviços serão solicitados mediante a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, devendo a credenciada ofertar as quantidades de profissionais de acordo com a Ordem de Fornecimento, respeitando os quantitativos, os qualitativos e as demais informações contidas na referida Ordem.
2. A unidade prestadora de serviços deverá disponibilizar os profissionais para atender as demandas conforme as requisições oriundas da Secretaria Municipal de Saúde.
3. Os atendimentos ocorrerão de segunda a sexta-feira, das 07h00min as 17h00min, com intervalo para horário de almoço, conforme orientações da Secretaria Municipal de

Saúde, podendo ser realizado atendimentos tanto na zona urbana como na zona rural, sendo o transporte ofertado pela secretaria municipal de saúde;

4. O profissional médico deverá prestar assistência aos pacientes tais como consultas clínicas, solicitação de exames complementares, dentre outros necessários.
5. Deverá encaminhar, quando necessário, paciente aos serviços de maior complexidade, garantindo a continuidade do tratamento, por meio de um sistema de acompanhamento e de referência e contrarreferência.
6. Preencher adequadamente o Prontuário de Atendimento aos pacientes (manual ou eletrônico), incluindo prescrições e evoluções médicas e todo atendimento prestado ao paciente bem como as demais informações.
7. Deverá indicar internação hospitalar.
8. Executar outras tarefas, trabalhos, atividades, serviços e/ou procedimentos determinados pelo coordenador do programa, desde que compatíveis com sua formação profissional e/ou área de atuação e/ou conhecimentos.
9. Os médicos deverão seguir as normativas específicas do Ministério da Saúde, bem como as definições de escopo de práticas, protocolos, diretrizes clínicas e terapêuticas, além de outras normativas técnicas estabelecidas pelos gestores federal, estadual, do Distrito Federal ou municipal.
10. O Município reserva-se o direito de fiscalizar, de forma permanente, a prestação dos serviços pelos credenciados, podendo proceder ao descredenciamento, em casos de má prestação, verificada em processo administrativo específico, com garantia do contraditório e da ampla defesa.

DO PRAZO DE INÍCIO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser iniciados em até 05 (cinco) dias úteis após solicitação da Secretaria competente. Os prazos podem ser reduzidos de acordo com a gravidade dos casos, encaminhada para as empresas/entidades, a fim de não prejudicar o serviço público emergencial. Ressalta-se que os serviços ocorrerão somente após a expedição da Ordem de Fornecimento, de acordo com a necessidade da Secretaria Municipal de Saúde, observando a demanda existente.

DA HABILITAÇÃO ACADÊMICA DOS PROFISSIONAIS DA EMPRESA CREDENCIADA

Será necessário profissional de nível superior graduado em Medicina em Instituição devidamente reconhecida pelo MEC, devendo apresentar a cópia da Carteira ou inscrição devidamente válida no Conselho Regional de Medicina (CRM).

METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO E DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

Os serviços deverão ser executados com base nos parâmetros mínimos a seguir estabelecidos:

4. A carga horaria prestada deverá ser devidamente comprovada pela prestadora de serviços e vistoriado pelo(a) coordenador(a) competente.
5. Caberá à Secretaria Municipal de Saúde avaliar os serviços prestados pela prestadora de serviços.
6. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência

DO LOCAL DE ATENDIMENTO

Os atendimentos médicos serão realizados nos domicílios dos pacientes, podendo ocorrer tanto na zona urbana quanto na zona rural deste município.

DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

A fiscalização será exercida conjuntamente no interesse da SECRETARIA DE SAÚDE e não exclui nem reduz a responsabilidade da prestadora de serviços, inclusive perante terceiros, por quaisquer irregularidades, e, na sua ocorrência, não implica corresponsabilidade do Poder Público ou de seus agentes e prepostos.

A fiscalização da execução do contrato será efetuada por servidor devidamente indicado, onde o mesmo irá gerenciar, acompanhar e fiscalizar o contrato observando os artigos 73 e 76 da Lei Federal nº 8.666/93. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além das obrigações expressas em instrumento contratual, a contratante obriga-se a:

1. Notificar a prestadora de serviços por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;
2. Efetuar o pagamento à credenciada no valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
3. Providenciar as inspeções da execução dos serviços, com vistas ao cumprimento dos prazos pela prestadora de serviços, fiscalização da qualidade dos serviços que estão sendo prestados;

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Além das obrigações expressas em instrumento contratual, a contratada obriga-se a:

1. Prestar serviços médicos nas residências dos pacientes designados pela Secretaria de Saúde, no horário determinado pela própria Secretaria, conforme detalhado no objeto acima;
2. Comprovar por meio de folha de produção, os atendimentos realizados com data e endereço, conforme recomendações da contratante;
3. Seguir as diretrizes e portarias do SUS (Sistema Único de Saúde) e do Ministério da Saúde;
4. Acatar as orientações da Secretária Municipal de Saúde, através do coordenador responsável;
5. Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;
6. Manter sempre a qualidade na prestação do serviço executado;
7. Fica proibida a cobrança de qualquer quantia, a qualquer título, dos serviços prestados aos usuários do SUS, ficando a contratada responsabilizada por qualquer cobrança indevida feita a usuário;
8. Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, em observância ao princípio da urbanidade;
9. Manter seus empregados devidamente identificados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso, sem ônus para a contratante;
10. Substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo comunicar e identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

A disciplina das sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital e na legislação correlata.

DO PAGAMENTO

O pagamento decorrente da concretização do objeto desta será efetuado pela Tesouraria do Município, por processo legal, após a comprovação da execução dos serviços, nas condições exigidas e apresentação dos documentos fiscais devidos, em até 30 (trinta) dias corridos após apresentação da Nota Fiscal.

DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão resolvidos em observância à supremacia do interesse público e de acordo com os ditames da Lei Federal nº 8.666/93

DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência do Contrato será de 12 (doze) meses, a partir da data da sua assinatura, podendo, por interesse da Administração e das partes, ser prorrogado por períodos sucessivos, limitado a sua duração a 60 (sessenta) meses, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993.

A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

A contratação será atendida pela seguinte dotação orçamentária:

	PROJETO/ATIVIDADE		NATUREZA	FICHA	FONTE
2067	Manutenção da Unidade Mista de Saúde	33903900	Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	516	102
2067	Manutenção da Unidade Mista de Saúde	33903900	Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	518	159

Na certeza de sermos atendidos, antecipamos agradecimentos.

Atenciosamente,

Rio Pardo de Minas, 30 de novembro de 2022.

Ranunce Santana Rocha
Secretária de Saúde de Rio Pardo

Processo Licitatório nº 217/2022 - Credenciamento nº 008/2022

ANEXO II

MODELO PARA REQUERIMENTO DE CREDENCIAMENTO

À

Prefeitura Municipal de Rio Pardo de Minas-MG

A empresa, _____
estabelecida à Rua/Av _____ n.º _____,
bairro _____, na cidade de _____ - _____,
telefone (____) _____ inscrita no CNPJ sob o n.º _____,
por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____,
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº
_____, e-mail: _____, telefone: (____)
_____ venho requerer nos termos do edital acima descrito,
credenciamento para prestar SERVIÇOS MÉDICOS CLÍNICOS, COM O OBJETIVO
DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO PARDO DE MINAS-
MG NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA MELHOR EM CASA conforme detalhado no
quadro abaixo

ITEM	QTD	UND	SERVIÇOS	VALOR

Para tanto, manifestamos a sua concordância com os termos do edital e da minuta do contrato adotado pela Prefeitura, do qual tenho plena ciência.

1. DECLARAMOS que concordamos com os termos do Edital e do Contrato, comprometendo-se a prestar os serviços na sua conformidade.
2. DECLARAMOS expressa concordância com os preços dos serviços objeto de credenciamento.
3. Estamos cientes de que os pagamentos serão realizados por meio de crédito em

conta corrente mediante a apresentação da nota fiscal correspondente aos serviços efetivamente realizados/efetivados.

4. DECLARAMOS saber que os serviços serão remunerados de acordo com a produção e o cumprimento de fases e o ato efetivamente praticado, na estrita conformidade com os critérios estabelecidos na licitação.

5. A empresa declara também, sob as penas da lei, que não está cumprindo penalidade de inidoneidade, suspensão ou impedimento de contratar com a Administração Pública e que comunicarei qualquer fato impeditivo ou evento superveniente à entrega dos documentos de habilitação, que venha alterar a atual situação quanto a capacidade jurídica, técnica, regularidade fiscal e idoneidade econômico-financeira, nos termos do parágrafo 2º. do artigo 32 da Lei n°.8.666/93.

6. Nossos dados são:

a) Nome: _____

b) CNPJ nº _____

c) Endereço: _____

d) Fone/Fax: _____

e) E-mail: _____

f) Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____ - _____

g) Banco _____ Agência nº: _____ Conta nº: _____

_____, ____ de _____ de 20____.

(representante legal identificado)

Processo Licitatório nº 217/2022 - Credenciamento nº 008/2022

ANEXO III (Modelo do Termo de Credenciamento)

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº/2022

TERMO DE CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS CLÍNICOS, COM O OBJETIVO DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO PARDO DE MINAS-MG NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA MELHOR EM CASA, QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO PARDO DE MINAS E A EMPRESA

O **MUNICÍPIO DE RIO PARDO DE MINAS**, inscrito no CNPJ sob o nº 24.212.862/0001-46, sediado em Rio Pardo de Minas/MG, no Bairro Cidade Alta, na Rua Tácito de Freitas Costa nº 846, neste ato representado por seu Prefeito Municipal, Sr. **ASTOR JOSÉ DE SÁ**, portador do RG nº 3.645.260 SSP/MG e CPF nº 041.652.746-90, neste Município, doravante denominado, **CONTRATANTE**, e a Empresa _____ situada na Rua _____, Nº _____ - Bairro _____ CEP _____ - cidade _____ / _____ inscrita no CGC/CNPJ MF sob o nº _____, doravante designada **CONTRATADA**, representada, neste ato, por _____, RG nº _____ e CPF nº _____, tendo em vista a Homologação do Processo Licitatório nº 217/2022, Credenciamento nº 008/2022, e em conformidade com a Lei Federal nº 8.666/93 e alterações posteriores, firmam o presente Termo Contratual, mediante o estabelecimento das seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA: DOS FUNDAMENTOS

1.1 O presente contrato decorre do **Processo Licitatório nº 217/2022, Credenciamento nº 008/2022** e se regerá por suas cláusulas, pelos preceitos de direito público, aplicando-lhe, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1 Constitui objeto do presente contrato a prestação de **SERVIÇOS MÉDICOS CLÍNICOS, COM O OBJETIVO DE ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIO PARDO DE MINAS-MG NA EXECUÇÃO DO PROGRAMA MELHOR EM CASA.**

ITEM	Descrição	QUANT	UND	VALOR UNITÁRIO	SUB-TOTAL
			Mês		
			Mês		
			Mês		

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

3.1 - O valor global para a presente contratação é de R\$ _____ (_____),

3.2 - O valor acima será mantido fixo e irrevogável pelo prazo de 06 (SEIS) meses.

3.3 - Hipóteses excepcionais de revisão de preços serão tratadas de acordo com as normas específicas e exigirão detida análise econômica para avaliação de eventual desequilíbrio ou *alea* extraordinária.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

4.1 - O faturamento será realizado sempre que possível no último dia útil do mês da prestação dos serviços, ou a cada período de 30(trinta) dias, após o exato cumprimento das obrigações assumidas e o pagamento será efetuado à CONTRATADA, se os serviços forem executados de acordo com as condições estabelecidas neste edital, remunerando os profissionais de acordo com o preço fixado neste instrumento, observado a produção mensal de cada prestador.

4.2 - O pagamento dos serviços efetivamente realizados será efetuado a partir do 16º ao 30º dia do aceite da Nota Fiscal pelo setor responsável, através de crédito em conta corrente informada na proposta do licitante, mediante o aceite da Secretaria Municipal requisitante.

4.3 - Para o pagamento, a nota fiscal deverá vir acompanhada do relatório de produção, que após conferência pela Secretaria Municipal de Saúde, será liberada para o devido pagamento e crédito em conta corrente do prestador.

4.4 - É vedado ao CREDENCIADO cobrar diretamente do usuário qualquer importância a título de honorários ou serviços prestados, concernentes aos procedimentos autorizados pelo Município de Rio Pardo de Minas.

4.5 - O Município de Rio Pardo de Minas reserva-se no direito de realizar análises técnicas e financeiras dos documentos apresentados para pagamento, de efetuar glosas totais ou parciais dos valores cobrados e de submetê-los a perícia, sem qualquer custo para o CREDENCIADO, que se obriga a prestar todos os esclarecimentos necessários.

4.6 - No caso de serem feitas glosas aos documentos apresentados, o Município de Rio Pardo de Minas deverá comunicar por escrito ao CREDENCIADO, que terá o prazo de 10 dias para substituí-los ou retificá-los. Se as glosas forem feitas indevidamente, o Município de Rio Pardo de Minas pagará o quantitativo final devido no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados da reapresentação da documentação ou da justificativa.

4.7 - Por ocasião do pagamento dos serviços o Município de Rio Pardo de Minas procederá à retenção dos tributos e contribuições, na forma da legislação vigente.

4.8 - Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir de sua reapresentação, desde que devidamente regularizados.

4.9 - Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação, qualquer obrigação financeira decorrente de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito a reajustamento de preços.

5 CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA

5.1 - O presente termo terá vigência de **12 (doze) meses** a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 (sessenta) meses, na forma do art. 57, II, da Lei Federal 8.666/93.

6. CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1 Os recursos orçamentários necessários para a execução do presente Contrato, são aqueles provenientes do orçamento do município, por conta das rubricas:

	PROJETO/ATIVIDADE		NATUREZA	FICHA	FONTE
2067	Manutenção da Unidade Mista de Saúde	33903900	Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	516	102
2067	Manutenção da Unidade Mista de Saúde	33903900	Outros Serv. Terc. - P. Jurídica	518	159

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 Prestar serviços médicos nas residências dos pacientes designados pela Secretaria de Saúde, no horário determinado pela própria Secretaria, conforme detalhado no objeto acima;

7.2 Comprovar por meio de folha de produção, os atendimentos realizados com data e endereço, conforme recomendações da contratante;

7.3 Acatar as orientações da Secretária Municipal de Saúde, através do coordenador responsável;

7.4 Garantir a confidencialidade dos dados e informações do paciente;

7.5 Manter sempre a qualidade na prestação do serviço executado;

7.6 Fica proibida a cobrança de qualquer quantia, a qualquer título, dos serviços prestados aos usuários do SUS, ficando a contratada responsabilizada por qualquer cobrança indevida feita a usuário;

7.7 Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, em observância ao princípio da urbanidade;

7.8 Manter seus empregados devidamente identificados, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso, sem ônus para a contratante;

7.9 Substituir imediatamente, em caso de eventual ausência, o empregado posto a serviço da Contratante, devendo comunicar e identificar previamente o respectivo substituto ao Fiscal do Contrato;

7.10 Responsabilizar-se por todos os ônus e tributos, emolumentos, honorários e despesas incidentes sobre o objeto do contrato, excetuadas as que incumbem ao Município.

7.11 Comprovar, mensalmente, o recolhimento de todos os encargos previdenciários relativos à execução do objeto do contrato.

7.12 Responder pelos danos e prejuízos causados ao Contratante, coisa ou propriedade, pessoa de terceiros, em decorrência da negligência, imprudência ou imperícia de seus prepostos na execução dos serviços.

7.13 É proibido à Contratada ceder, transferir, arrendar ou, de qualquer forma, atribuir a terceiros a execução dos serviços objeto deste contrato.

7.14 - Manter, por todo o período da execução contratual, as condições que garantiram a sua habilitação, inclusive, quando da prorrogação contratual, como condição para assinatura do termo aditivo, apresentar todos os documentos de habilitação, com vigência na data de sua assinatura.

8. CLÁUSULA OITAVA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1 - Além de outras decorrentes de normas legais e da natureza do presente contrato, são obrigações da Contratante:

8.1.1 - Notificar a prestadora de serviços por escrito da ocorrência de eventuais

imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando-lhe prazo para correção de tais irregularidades;

- 8.1.2 Efetuar o pagamento à credenciada no valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- 8.1.3 Providenciar as inspeções da execução dos serviços, com vistas ao cumprimento dos prazos pela prestadora de serviços, fiscalização da qualidade dos serviços que estão sendo prestados;
- 8.1.4 .- Fiscalizar a execução do contrato.

9. CLÁUSULA NONA – REGRAS GERAIS DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

9.1 - Qualquer modificação de forma ou quantidade, acréscimos ou reduções dos serviços poderá ser determinada pelo Município mediante assinatura de Termos Aditivos.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO

10.1 - Compete ao titular da Secretaria Municipal de Saúde a fiscalização do presente contrato, no que será auxiliado por todos os demais secretários e agentes responsáveis pela assinatura de requisições.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 - A recusa do adjudicatário em assinar o Contrato dentro do prazo estabelecido no instrumento convocatório, bem como, o atraso e a inexecução parcial ou total da entrega dos produtos, caracterizará o descumprimento da obrigação assumida e permitirá, de conformidade com a legislação vigente, a aplicação das seguintes sanções pela Administração Municipal, garantido a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa;

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Rio Pardo de Minas:

a) Para as licitantes credenciadas convocadas dentro do prazo legal, que não celebrarem o contrato, deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução do seu objeto, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal; a penalidade será aplicada por prazo não superior a 02 (dois) anos, e a licitante e/ou contratada será descredenciada do Sistema de Cadastro de Fornecedores, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, aplicadas e dosadas segundo a natureza e a gravidade da falta cometida;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

§1º. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste artigo poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia à interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

§2º. Quando for constatada a ocorrência de qualquer descumprimento de obrigação contratual, mesmo que parcialmente, o servidor público responsável pelo atestado de

prestação de serviços, parcial ou total, deverá emitir parecer técnico fundamentado e encaminhá-lo ao respectivo Ordenador de Despesas.

§3º. O Ordenador de Despesa, ciente do parecer técnico, deverá fazer imediatamente, a devida notificação da ocorrência ao fornecedor, ao qual será facultada a defesa nos termos da legislação vigente.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO

12.1 - A rescisão do presente contrato poderá ser:

12.1.1 - Determinada por ato motivado da Administração, mediante comunicação prévia de 30 (trinta) dias.

12.1.2 - Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

12.1.3 - Judicial.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA INDENIZAÇÃO

13.1 - No caso de rescisão do presente Contrato, ficará suspenso o pagamento à contratada até que se apurem eventuais perdas e danos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO

14.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Rio Pardo de Minas/MG para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este Contrato/Termo de Credenciamento, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais especial que seja.

Por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 02 (duas) vias de igual teor e forma para um só efeito.

Rio Pardo de Minas/MG,de.....de 2022.

.....
Município de Rio Pardo de Minas
Astor José de Sá
Prefeito Municipal

.....
Ranunce Santana Rocha
Secretaria Municipal de Saúde

.....
C O N T R A T A D A (O)

Testemunhas

.....
CPF: ..

CPF: ..

Processo Licitatório nº 217/2022 - Credenciamento nº 008/2022

ANEXO IV

DECLARAÇÃO QUE NÃO EMPREGA MENOR

Ao

Município de Rio Pardo de Minas – Estado de Minas Gerais

A/C Comissão Permanente de Licitações Ref.: Edital Credenciamento nº ____/2022

Credenciamento para : _____

Prezados Senhores:

Eu, _____, abaixo qualificado, interessado em participar do Credenciamento em epígrafe, do Município de Rio Pardo de Minas/MG, declaro, sob as penas da lei, que, nos termos da Lei Federal nº 9.854 de 27 de outubro de 1999, que encontro em situação regular perante o Ministério do Trabalho e Emprego, no que se refere à observância do disposto no inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e que não emprego menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, bem como não emprega menor de dezesseis anos.

_____, ____ de _____ de 2022.

Representante legal

Processo Licitatório nº 217/2022 - Credenciamento nº 008/2022

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE NÃO INCIDÊNCIA NAS VEDAÇÕES PREVISTAS NO ARTIGO 9º DA LEI Nº 8.666/93

A empresa _____, inscrita no CNPJ, sob o n. _____, por intermédio de seu representante legal _____, portador da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____,

DECLARA, sob as penalidades cabíveis, que não possui dirigentes, gerentes, sócios, componentes do quadro técnico ou demais funcionários que tenham vínculos empregatícios que sejam servidores da Administração Direta ou Indireta do Município de Rio Pardo de Minas/MG, ou que o tenham sido nos últimos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data desta licitação, nos termos do inciso III do artigo 9º da Lei Federal nº 8.666/93.

_____, _____ de _____ de _____.

REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA
(Nome, cargo e carimbo da empresa)